

“CULTURA” DO ARROZ E O FORTALECIMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA SOCIEDADE CAMAQUENSE

Voltar à origem de uma comunidade ou de uma sociedade, ou de um lugar que se transformou em um lugar comum a muitas pessoas por uma especificidade significa percorrer um caminho material que se torna representativo de gerações e, por isso, assume uma consciência de espaço e de tempo imateriais.

O II Fórum, realizado em 16.08.2018, reconstituiu o tempo e o espaço do arroz em Camaquã, reunindo pessoas ligadas ao cultivo, manejo, industrialização e relações sociais e culturais do produto que se define como

principal articulador da economia local. A temática principal do II Fórum: A CULTURA DO ARROZ, possibilitou aos presentes um encontro de informações e conhecimentos, através de narrativas baseadas em fatos, e experiências sobre os Caminhos percorridos na constituição de uma geografia específica que traduz o espírito formador do município, qual seja, os arrozaes e as pradarias que, às margens da Lagoa dos Patos, do Arroio Duro e do Rio Camaquã implementaram a economia, desenvolveram costumes de lida e de vida que hoje, ainda, são sensíveis e compõe a alma do povo camaquense.

O propósito, nessa edição do fórum, foi o de discutir com a comunidade local a importância do arroz como elemento constituinte da cultura regional. O diálogo deu-se com representantes de instituições ligadas ao plantio, à manutenção das águas para o cultivo do produto e à industrialização do arroz. A base para o colóquio estabeleceu-se a partir da definição de sistema agrícola como um conjunto de elementos associados a formas próprias de transmissão de conhecimentos, via redes de trocas, que revelam especificidades dos patrimônios biológico e cultural. Essa definição imbrica-se com o conceito de Geografia cultural, caro a esta discussão pelo estudo a que se dedica no campo das representações da cultura material dos grupos humanos: as suas ferramentas, as suas casas, a sua maneira de cultivar os campos ou de criar animais. O interesse maior da Geografia Cultural está nas imagens mentais, nas representações, no simbolismo, nas identidades que resultam dos espaços geográficos. (CLAVAL, 2011)

Camaquã é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. 30.^a mais antiga cidade do estado que, desde a sua fundação, dedica-se ao cultivo de arroz. Sua localização geográfica, banhado por um significativo manancial, possui uma característica própria para o cultivo do grão que necessita de irrigação abundante no período de sua germinação.

Nesse contexto, desenvolveram-se muitas práticas que hoje estão sendo perdidas e esquecidas pela automação da cultura e da colheita, o que não se dá apenas na realidade arrocícola. A perda dos valores nesta área, os sistemas de lida, as festas, as relações estabelecidas durante o plantio e a colheita, como as técnicas, coloca em risco toda a memória e a identidade da população que se desenvolveu em torno dessa conjuntura. Por essa razão o II Fórum foi pensado sob a perspectiva de reestabelecimento dessas memórias com o objetivo de presentificar e aproximar do acadêmico e da juventude local, um sistema que, pelo crescimento urbano, populacional e tecnológico e pela modernização dos conceitos de trabalho e subsistência, afastaram a “lavoura”

como é especificamente chamada na região, da cidade, alienando as novas gerações dessa memória tão importante na constituição de uma identidade local.

Assim, a presença e participação de Instituições como a AUD – Associação dos usuários do Arroio Duro, administradora da barragem guardiã das águas que possibilitam o cultivo do arroz, há aproximadamente um século em Camaquã, enriqueceram e ilustraram, a partir de uma linha temporal, as origens e as modificações sofridas pelo sistema neste tempo.

Os painéis desenvolvidos durante o Fórum trouxeram ao bojo das discussões o espírito da transitoriedade que persegue o homem desde que as noções de espaço/tempo foram ampliadas pelo próprio homem e sua criatividade. Não foram apenas as áreas produtivas de arroz que aumentaram e se multiplicaram com o passar do tempo no município de Camaquã, modificando-lhe a paisagem. Os meios de produção e as

estruturas necessárias às novas demandas modernizaram-se e, de um forma quase que imperceptível, fragilizaram memórias importantes da cultura local que se estabeleceu na vida do povo, nos costumes e práticas desenvolvidos, especificamente nos períodos de produção.

Considerados os aspectos da transitoriedade que envolve o espaço geográfico específico dos arrozais, o Fórum sinaliza a necessidade e a importância de pesquisas sócio históricas que recuperem e analisem, desde a origem, o conjunto de práticas socioculturais da comunidade que se criam e estabelecem a partir de uma produção agrícola e uma geografia cuja existência se efetiva por meio de saberes culturais, na sua relação com a natureza, mais especificamente, os recursos hídricos da região.

Para essa recuperação, frente à ausência de registros oficiais, as narrativas ou entrevistas semiestruturadas podem resultar em memórias efetivas e afetivas para a concretização de um memorial imaterial que subsiste às novas práticas, às novas estruturas. Vale ressaltar que, a construção de uma identidade nunca foi estável. Ela é o resultado de um processo experimentado pelos indivíduos ao longo do tempo, passando por reinvenções e renegociações (1994, p. 31-52). Contudo, de acordo com o autor, nesse processo subjaz um conjunto de saberes e fazeres aprendidos e passados de geração para geração que o indivíduo preserva e reproduz historicamente. Desse modo, transforma-se em patrimônio imaterial de uma sociedade.

Patrimônio, segundo Londres (2001, p.69) “é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar” Assim, os monumentos e obras de arte, as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares, tudo o que o ser humano “produz com as mãos, as ideias e a fantasia” são seu patrimônio (LONDRES, 2001, p. 69-78). A imaterialidade de um patrimônio é caracterizada pelas práticas, pelos artefatos, representações, expressões, conhecimentos e lugares sociais, porque são reconhecidas pelos indivíduos como parte integrante de sua essência. De acordo com a Unesco(2003), Patrimônio Cultural Imaterial compreende

(...)as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para

promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (CASTRO e FONSECA, 2003, p. 11-12).

Esses patrimônios, no entanto, nem sempre receberam a devida importância cultural que detêm. Até a Constituição Brasileira de 1988, o conceito de patrimônio cultural centrava-se na materialidade, principalmente dos monumentos civis e religiosos e da arte erudita. A partir de então, esse conceito amplia-se, reconhecendo a duplicidade de sua natureza – material e imaterial, assim definidos no artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas

e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com a Nova Constituição, a concepção de Patrimônio cultural torna-se mais abrangente, promovendo um avanço na proteção dos bens culturais da nação. O conceito restritivo de patrimônio histórico e artístico nacional definia-o como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-Lei nº 25/37).

Dentro dessa nova perspectiva, passam a ser consideradas as manifestações culturais de caráter processual e dinâmico, uma valorização da cultura “viva”, enraizada no cotidiano das sociedades (LONDRES; FONSECA, 1996, p.153). Assim, são tuteladas pela Carta Magna como patrimônio cultural material todo o agroecossistema e as plantas cultivadas e como imaterial, os saberes agrícolas, os conhecimentos, inovações e práticas, detidos pelos agricultores tradicionais e locais, que vão desde as formas de cultivo (queima e pousio, plantios consorciados etc.) até o controle biológico de pragas e doenças e o melhoramento de variedades locais, associados à agrobiodiversidade.

A inclusão da imaterialidade como condição patrimonial é, talvez, a sentença máxima para a discussão da identidade no século XXI. Mesmo que a materialidade dos monumentos se expresse por si só e seja reveladora de significados para as sucessivas gerações, é importante considerar a realidade que compõe a sociedade global, marcada por fatores que interferem nos mais diferentes campos da vida.

Com o reconhecimento da imaterialidade como um elemento formador da cultura, a Constituição sinaliza uma nova perspectiva para o resgate da cultura nacional através de um patrimônio intangível, bens que constituem todas “as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.” (UNESCO, 2017).

Desse modo, saberes e ofícios de povos e etnias, grupos e comunidades passam a ser essenciais e definem uma nova noção de patrimônio. Sabe-se que a imaterialidade é a memória no sentido estrito da palavra,

se não for transmitida, se não for lembrada e repassada, sucumbe ao contexto da modernidade com seus novos saberes e ofícios. Vale ressaltar, assim, que “apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores” (UNESCO, 2017).

Por essa razão, é importante e necessário que sejam então preservados esses valores, pois “o patrimônio imaterial é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história” (UNESCO, 2017). Nesse sentido, é possível reconhecer identidades locais-nacionais, pelo fortalecimento perante outros locais e identidades. Camaquã é reconhecida nacional e internacionalmente pela sua produção de arroz, que é secular, mas também pela industrialização das produções local e regional que a evidenciam na região, no país e fora dele.

Essa representação perante o outro é significativa para a constituição de uma identidade, mas as relações locais são determinantes para a constituição de uma cultura. Esse enfoque dado ao arroz nas discussões do Fórum recupera alguns aspectos da relação que o arroz, como cultura agrícola, estabelece com a sociedade camaquense, com a cultura e identidade local, bem como com o meio ambiente. Uma abordagem que considera a perspectiva de patrimônio intrínseca à prática, aos saberes, às técnicas.

A condição de paisagem cultural que assumem, nessa compreensão, os arrozais camaquenses – lugares dedicados ao cultivo do arroz - deve-se não só às práticas cotidianas desenvolvidas no cultivo, mas também à própria modificação da paisagem local transformada por eles e pela ação humana justificada pelos significados contidos nesta produção.

O papel da UNESCO vai além da compreensão de Paisagem cultural. Os estudos crescentes sobre as paisagens no campo dos estudos do Patrimônio Cultural, identificou e inscreveu diferentes paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial. Algumas dessas paisagens são rurais, de ramos diferenciados como cafezais(Colômbia), vinícolas(França) e arrozais (Filipinas e China). A categoria de “Paisagem cultural, segundo Ribeiro(2007), tem recebido novas considerações, compreendendo como uma noção mais ampla sobre o que se atribui enquanto “patrimônio”, ao contemplar suas dimensões materiais e “intangíveis” diante das relações entre as sociedades e natureza (RIBEIRO, 2007).

Em vista disso, uma abordagem dessa questão pelo viés da Geografia Cultural, adequa-se ao entendimento a que se deseja chegar, relativo ao homem, à sociedade e à cultura local, dadas as diferenças existente dentro da própria nação, no estado e na região. A identidade camaquense deve-se originalmente ao cultivo do arroz irrigado, pela disposição geográfica que é, igualmente um fator identitário, contudo, são os costumes, as práticas, os significados criados a partir deste cultivo que permanecem na memória local e regional. O destaque que recebe perante as demais regiões brasileiras deve-se a esta geografia física e humana conservando tradições e costumes que define o povo camaquense, apesar do desenvolvimento tecnológico das lavouras.